

CURSOS DE PEDAGOGIA NO BRASIL: O QUE DIZEM OS DADOS DO INEP/MEC?

Yoshie Ussami Ferrari Leite¹
Vanda Moreira Machado Lima²

RESUMO: O curso de Pedagogia tem sido alvo de muitos debates, pesquisas e estudos realizados no âmbito da academia, como também é objeto de atenção das políticas públicas que aprovaram recentemente as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para esse curso. Nesse sentido, esse artigo visa refletir sobre o curso de Pedagogia, através do resgate de sua história, de sua identidade e da caracterização da realidade dos cursos existentes em nosso país, a partir de dados disponíveis no site do INEP/MEC referentes ao cadastro de escolas superiores. Para esse fim desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, utilizando principalmente a legislação educacional acerca do tema, assim como a pesquisa empírica realizada no site do INEP/MEC no período de agosto a setembro de 2006, com a totalidade de cursos de Pedagogia instalados em todo o país e, no período de julho a agosto de 2008, com os da Região Sudeste, por ser onde se encontra o maior número de cursos existentes no Brasil. A pesquisa empírica envolveu 1.424 cursos em 2006, sendo que na Região Sudeste foram elencados 551 cursos nesse ano e 731, no ano de 2008. Quanto à caracterização dos cursos de Pedagogia no Brasil, concluímos que o Sudeste, dentre as regiões brasileiras, é a que oferece o maior número de cursos e que a oferta dessa formação está concentrada no estado de São Paulo. As instituições privadas, em 2006, eram responsáveis por 58,8% dos cursos no país e constatamos vinte e três habilitações oferecidas, o que demonstra a dificuldade em definir sua identidade. O curso se caracteriza com a modalidade de ensino presencial, com duração entre 3 e 4 anos, com regime letivo se-

¹ Doutora do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp, Campus de Presidente Prudente, SP.

² Doutora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp, Campus de Presidente Prudente, SP.

mestral, funcionando, em sua maioria, no período noturno. Observamos também que desde sua criação, em 1939, até a aprovação das recentes diretrizes, o curso de Pedagogia passou por várias legislações educacionais que provocaram alterações em sua estrutura e objetivos, além de suscitarem discussões, reflexões, debates, discordâncias e muitas pesquisas. Ainda que não se tenha definido claramente sua identidade nem o papel desse curso para a educação brasileira, percebe-se que, ao longo da história, a docência é uma marca forte dos cursos de Pedagogia no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Curso de Pedagogia. Formação de professores. Licenciatura.

ABSTRACT: Pedagogy courses have been the issue of many academic debates, researches, studies and also the consideration object of public policies which have recently turned into the new National Curricular Policies concerning this graduation course. Based on available data related to higher education school registers collected in the INEP/MEC site, this article aims to propose a careful thought about the Pedagogy course by means of recalling its history and identity, and also describing the current course features all around the country. To this end a bibliographical investigation was done, basically developed with the educational legislation concerning the theme, an empirical research has also been performed in the INEP/MEC site comprehending the period between August and September of 2006 and including all the Pedagogy courses in Brazil, as well as the period between July and August of 2008, including the courses held in the southwestern region since it is there where the greatest number of courses is found. The empirical research has involved 1.424 Pedagogy courses analyzed in 2006, from which 551 ones were held in the southwest the same year, and 731, in 2008. As far as Brazilian Pedagogy course description is concerned, it is possible to reason that among all the country regions, southwest is the one where the greatest number of courses is found and that São Paulo state concentrates this graduation offer. In 2006, private institutions were responsible for 58.8% of all Pedagogy courses in the country. The difficulty of defining the pedagogy course identity has been shown since there has been found twenty-three different majors. In general, the course is character-

ized by a presential teaching model with a 3-4 year duration and a semestral organization, offered mainly in the evening school period. It has been observed that since its origin in 1939 until the approval of the recent National Curricular Policies, the Pedagogy course has undergone a lot of educational reforms which have caused structure and goal changes besides having raised discussions, reflections, debates, divergence and many researches. Although its identity and its role in Brazilian education have not been defined yet, it can be noted that teacher formation has been a strong trend along the Pedagogy course history.

KEYWORDS: Pedagogy course. Teacher formation. Major.

Introdução

O curso de Pedagogia tem sido alvo de muitos debates, pesquisas e estudos realizados no âmbito da academia, como também objeto de atenção das políticas públicas que acabaram por aprovar recentemente as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para esse curso.

Desde sua origem, em 1939, até a aprovação das recentes diretrizes, ainda não foi possível definir claramente sua identidade nem o papel desse curso para a educação brasileira.

Hoje, a Licenciatura em Pedagogia compete à formação de professores para a Educação Infantil, para os anos iniciais do Ensino Fundamental, os cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, a Educação Profissional, como também para a área de serviços, apoio escolar e outras áreas ainda nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Resolução CNE/CP n. 1/2006, art. 4), o que resulta em cinco modalidades de formação para um só curso.

Pensar na formação de um profissional docente que seja capaz de atender as novas demandas decorrentes das mudanças sociais da atualidade significa uma preocupação constante para as agências formadoras de professores e para os cursos de licenciatura em geral.

História e identidade do curso de Pedagogia no Brasil

Conforme Saviani (2008), o curso de Pedagogia propriamente dito surge no Brasil com o Decreto-Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia, estruturando-a em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, acrescentando, ainda, a de Didática, considerada “seção especial”. As seções Filosofia, Ciências e Letras ofereciam diferentes cursos cada uma, enquanto a de Pedagogia e Didática “era constituída de apenas um curso cujo nome era idêntico ao da seção. Está aí a origem do curso de Pedagogia” (p. 39).

A princípio, o curso de Pedagogia ocorre como um espaço de bacharelado, com duração de três anos, havendo a possibilidade de obtenção do diploma de licenciado após um curso de um ano de Didática. Para Saviani (2008, p.41), o curso de Pedagogia “concebeu um currículo que formaria o bacharel em Pedagogia entendido como o técnico em educação que, ao cursar Didática geral e especial, se licenciaria como professor”.

Esse currículo se constituía de:

1º ano: Complementos de Matemática; História da Filosofia; Sociologia; Fundamentos biológicos da educação; Psicologia educacional.

2º ano: Psicologia educacional; Estatística educacional; História da educação; Fundamentos sociológicos da educação; Administração escolar.

3º ano: Psicologia educacional; História da educação; Administração escolar; Educação comparada; Filosofia da educação. (SAVIANI, 2008, p. 39).

No curso de Didática, com duração de um ano, previa-se o estudo das disciplinas: “Didática geral, Didática especial, Psicologia educacional, Fundamentos biológicos da educação, Fundamentos sociológicos da educação; Administração escolar” (SAVIANI, 2008, p. 40).

Assim, para obter o diploma de licenciado, bastava que o bacharel em Pedagogia cursasse Didática geral e Didática especial. Percebe-se que a própria gênese do curso de Pedagogia apresenta os problemas de identidade que o acompanharam ao longo de toda a sua existência,

pois forma, ao mesmo tempo, um bacharel em Pedagogia e o licenciado. Nesse contexto, o licenciado tinha o direito de lecionar Matemática, História e Filosofia nos cursos de nível médio.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961, foram propostas mudanças na estrutura do curso de Pedagogia. O Parecer n. 251/1962, de autoria de Valnir Chagas, estabelecia a duração do curso de quatro anos, englobando o bacharelado e a licenciatura. O antigo esquema “3+1” deixa de vigorar, pois as disciplinas da licenciatura poderiam ser desenvolvidas concomitantemente com o bacharelado.

Conforme Silva (1999, p. 37), Valnir Chagas acreditava que

antes de 1970, nas regiões mais desenvolvidas, esse curso teria que ser redefinido, provavelmente, nele se apoiariam os primeiros ensaios de formação superior do professor primário, enquanto a formação do ‘pedagogista’ se deslocaria para a pós-graduação, num esquema aberto aos bacharéis e licenciados de quaisquer procedências que se voltassem para o campo da Educação.

Os licenciados em Pedagogia até o ano de 1965, segundo Portaria MEC n. 478/54, além do registro nas chamadas cadeiras de educação, tinham o direito de lecionar Filosofia, História Geral e do Brasil, nos dois ciclos do Ensino Médio, e Matemática, no primeiro ciclo. Para os licenciados entre 1966 e 1968, conforme Portaria MEC n. 341/65, acrescentaram-se àquelas disciplinas a Psicologia e a Sociologia no segundo ciclo, e Estudos Sociais no primeiro e segundo ciclos.

Com a Reforma Universitária, Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, novas regulamentações foram definidas para o curso de Pedagogia. Em 1969, o Parecer CFE n. 252 e a Resolução CFE n. 2 indicavam que o curso de Pedagogia tinha por finalidade preparar profissionais da educação, assegurando-lhes possibilidade de obtenção do título de especialista, mediante complementação de estudos. O Parecer 252/69 fixa o currículo e a duração do “curso de graduação em Pedagogia, visando à formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito de escolas e sistemas escolares” (SILVA, 1999, p. 45).

Segundo Saviani (2008, p. 44-45), Valnir Chagas defendia a ideia de que embora a profissão que corresponde ao setor da educação seja uma só, ela exige modalidades diferentes de capacitação. “Considera, assim, que os diferentes aspectos implicados na formação do profissional da educação podem ser reunidos sob o título geral de *curso de Pedagogia*, que constará de uma parte comum e outra diversificada”.

Assim estruturado, o curso de Pedagogia deveria oferecer as diversas modalidades de capacitação traduzidas na forma de habilitações. Inicialmente o Parecer 252/69 regulamentou cinco habilitações: Orientação educacional, Supervisão escolar, Administração escolar, Inspeção escolar e Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais. O parecer atribuiu à última habilitação

a função de preparar, ainda que como subproduto, o professor ‘primário’, considerando que tanto do ponto de vista legal como técnico, ‘o professor do futuro professor primário pode também ser professor primário’, desde que no seu curso estejam presentes as matérias, metodologia do Ensino de 1º grau e prática de Ensino na Escola de 1º grau (estágio). (BRZEZINSKI, 1987, p. 166).

Conforme Saviani (2008), mesmo buscando superar o caráter generalista, o curso formou o pedagogo como “especialista em generalidades”. A parte comum do currículo deveria formar o generalista e a parte diversificada formar o especialista, e ambas as formações em um mesmo curso de graduação, com duração média de quatro anos. Isso resultou em “descaracterização e esvaziamento ainda maior do curso” (SAVIANI, 2008, p. 50).

Essa regulamentação, mesmo com tentativas de alterações, por iniciativa do Conselho Federal de Educação da época e do movimento dos educadores, “permaneceu em vigor até para além da aprovação da nova LDB (Lei n. 9.394/96), de 20 de dezembro de 1996, só sendo formalmente alterada com as novas diretrizes curriculares nacionais homologadas em 10 de abril de 2006” (SAVIANI, 2008, p. 49), resultando na Resolução n. 1, de 15 de maio de 2006.

A partir dessa ideia, “prevaleceu entre as instituições a tendência a organizar o curso de Pedagogia em torno da formação de professores,

seja para a habilitação Magistério, em nível de 2º Grau, seja principalmente para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental” (SAVIANI, 2008, p. 58).

Nos anos 1990, o curso de graduação em Pedagogia foi se constituindo como o principal *locus* de formação de professores para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino.

Até 1996 a formação do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental em nível superior ocorria apenas nos cursos de Pedagogia. Com a aprovação da LDB/96, esse cenário alterou-se, surge uma nova instituição, os Institutos Superiores de Educação (ISE), dentro dos quais poderia ser oferecido o Curso Normal Superior, destinado à formação de docentes para a Educação Infantil e para as primeiras séries do Ensino Fundamental (art. 63, LDB/96). A LDB/96 ainda afirma que a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será desenvolvida em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação (art. 64).

Portanto, a partir da LDB/96, tanto o curso de Pedagogia como o curso Normal Superior formam professores para atuarem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil. Conforme as orientações do MEC, o curso Normal Superior deveria apresentar um projeto acadêmico específico constituído de 3.200 horas para cada área de formação: Educação Infantil e/ou para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A Resolução CNE/CP n. 2/2002 trouxe novas mudanças para os cursos de licenciatura de um modo geral. Estabeleceu que os cursos de graduação plena para a formação de professores da educação básica em nível superior contém com o mínimo de 2.800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria/prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I – 400 horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

- II – 400 horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
- III – 1800 horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- IV – 200 horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Essas determinações foram se alterando ao longo do tempo, hoje o curso de Pedagogia está regulamentado no país pelas novas Diretrizes Nacionais para a Pedagogia, conforme os Pareceres CNE/CP n. 5/2005 e n. 3/2006, e a Resolução CNE/CP n. 1/2006.

De acordo com a Resolução CNE/CP n. 1/2006, o curso de Licenciatura em Pedagogia se destina à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, na Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, e em outras nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (art. 4º), apresentando cinco modalidades de formação para um só curso.

O documento estabelece dezesseis atribuições para o pedagogo que, segundo Libâneo (2006), misturam objetivos, conteúdos e recomendações morais, gerando superposições e imprecisões quanto ao perfil do egresso. Há um destaque para os professores indígenas e aos que venham a trabalhar em escolas indígenas ou remanescentes de quilombos, alertando-os sobre o respeito à particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam. Assim, a diretriz destaca a docência, mas amplia demasiadamente o perfil, o que resulta numa totalidade vazia (KUENZER; RODRIGUES, 2006).

Para formar profissionais que atuarão nos níveis de educação mencionados, o curso de licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, distribuídas em:

- 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;

- 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;
- 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria (art. 7º).

Uma grande surpresa apresentada pela Resolução CNE/CP n. 1/2006 foi a possibilidade de o curso de Pedagogia ser oferecido em instituições de educação superior, com ou sem autonomia universitária (art. 9º) e a de transformação do curso Normal Superior em curso de Pedagogia (art. 11). Esse texto legal também dispõe que os concluintes do curso de Pedagogia ou Normal Superior que tenham cursado uma das habilitações — Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental — possam complementar seus estudos na área não cursada cumprindo um plano de estudos que abrangerão no mínimo 400 horas (art.12).

As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia são, ao mesmo tempo, extremamente restritas e demasiadamente extensivas: muito restritas no essencial e assaz excessivamente no acessório. São restritas no que se refere ao essencial, isto é, àquilo que configura a pedagogia como um campo teórico-prático dotado de um acúmulo de conhecimentos e experiências resultantes de séculos de história. Mas são extensivas no acessório, isto é, dilatam-se em múltiplas e reiterativas referências à linguagem hoje em evidência, impregnada de expressões como conhecimento ambiental-ecológico; pluralidade de visões de mundo; interdisciplinaridade, contextualização, democratização; ética e sensibilidade afetiva e estética; exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas; diversidade; diferenças; gêneros; faixas geracionais; escolhas sexuais, como se evidencia nos termos da Resolução antes citados. (SAVIANI, 2008, p. 67).

Assim, constatamos que a partir de sua criação, em 1939, o curso de Pedagogia passou por várias legislações educacionais as quais pro-

vocaram alterações em sua estrutura e objetivos, além de suscitarem discussões, reflexões, debates, discordâncias e muitas pesquisas. Ainda que não se tenha definido claramente sua identidade nem o papel desse curso para a educação brasileira, percebe-se que, ao longo da história, a docência é uma marca forte dos cursos de Pedagogia no Brasil.

Caracterização dos cursos de Pedagogia existentes no Brasil

A pesquisa empírica, realizada no site do INEP/MEC <www.educacaosuperior.inep.gov.br>, ocorreu em dois momentos. Inicialmente trabalhamos com a totalidade dos cursos de Pedagogia em funcionamento no período de agosto a setembro de 2006, com a finalidade de contribuir com subsídios para o III Fórum Nacional de Pedagogia, realizado em Águas de Lindóia em 2006. Num segundo momento, a coleta ocorreu no período de julho a agosto de 2008, junto aos cursos de Pedagogia da Região Sudeste, por ser onde se encontra o maior número de cursos existentes no Brasil (QUADRO 1). Trabalhamos com 1.424 cursos de Pedagogia em 2006, sendo que na Região Sudeste foram elencados 551 cursos nesse ano e 731 no ano de 2008.³

Diante das possibilidades oferecidas pelo site, selecionamos os dados mais pertinentes aos objetivos desta pesquisa, distribuídos nas seguintes categorias: localização geográfica; natureza e tipo de instituição formadora; algumas características dos cursos como tipo e número de habilitações, diploma conferido, modalidade de ensino, carga horária, regime letivo, duração do curso e período de funcionamento (turno).

³ Segundo dados do INEP/MEC, no ano de 2006, havia 1.731 cursos de Pedagogia no Brasil. Entretanto, no desenvolvimento da pesquisa foram encontrados apenas 1.424 cursos em funcionamento. Observamos que alguns cursos estavam em processo de extinção e constatamos que o mesmo curso aparecia duas ou três vezes no site do INEP/MEC. Na análise dos dados da Região Sudeste, nos anos de 2006 e 2008, ocorreu o mesmo fato. De acordo com o site INEP/MEC, havia nessa região, em 2006, 641 cursos, mas trabalhamos com 551 e, em referência a 2008, havia 853 cursos de Pedagogia, dos quais consideramos, para a pesquisa, 731.

Localização geográfica dos cursos de Pedagogia

Quanto à localização geográfica, no ano de 2006, a maior concentração dos cursos de Pedagogia no Brasil, como mostra o QUADRO 1, ocorreu na Região Sudeste (38,7%), vindo em seguida as regiões Nordeste (18,5%) e Norte (17,1%).

Nesse mesmo ano observamos que os estados brasileiros com os maiores índices de oferta dos cursos de Pedagogia são: São Paulo (18,9%), Minas Gerais (11,4%), Tocantins (9,1%), Rio de Janeiro (6,3%) e Paraná (5,5%), enquanto Acre (0,1%), Roraima (0,2%), Amapá (0,2%), Pernambuco (0,5%), Alagoas e Sergipe (0,6%) apresentam os menores índices.

	Frequência	%
Sudeste	551	38,7%
Nordeste	263	18,4%
Sul	208	14,6%
Norte	243	17,1%
Centro-oeste	159	11,2%
Total BRASIL	1424	100

QUADRO 1 – Cursos de Pedagogia INEP/MEC por região no Brasil 2006
Fonte: <site www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 2006.

Comparando os dados da Região Sudeste entre os anos de 2006 e 2008 verificamos um aumento de 33% dos cursos em todos os estados, sendo que 50,2% deles se concentram no Estado de São Paulo e 30,1%, em Minas Gerais (QUADRO 2).

	2006		2008	
	Frequência	%	Frequência	%
São Paulo	269	48,8	367	50,2
Minas Gerais	163	29,6	220	30,1
Rio de Janeiro	89	16,2	107	14,6
Espírito Santo	30	5,4	37	5,1
Total Região Sudeste	551	100	731	100

QUADRO 2 – Cursos de Pedagogia na Região Sudeste
Fonte: site <www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 2006 e 2008.

Natureza da instituição formadora

No que concerne a natureza da instituição formadora, delineamos um mapa quanto à categoria administrativa procurando destacar a participação dos setores público e privado na oferta dos cursos de Pedagogia.

Ressaltamos a grande diversidade de subcategorias que os dados nos apresentaram (QUADRO 3), principalmente no que se refere às instituições privadas.

Em 2006, verificamos que 58,8% dos cursos de Pedagogia existentes no Brasil eram oferecidos em instituições privadas e 41,2% em instituições públicas.

Comparando os índices apresentados em 2006 (88,4%) e 2008 (89,8%) relativos à Região Sudeste, percebemos que a participação das instituições privadas no oferecimento dos cursos nessa região é bem maior em relação aos dados referentes ao país (58,8%), conforme mostra o QUADRO 3.

	Brasil 2006		Região Sudeste 2006		Região Sudeste 2008	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Público federal	140	9,8	20	5,4	26	3,5
Público estadual	413	29	30	3,6	29	4,0
Público municipal	34	2,4	14	2,6	19	2,6
SUB TOTAL Instituição pública	587	41,2%	64	11,6	74	10,1
Privado particular em sentido estrito	481	33,8	275	49,9	416	56,9
Privado filantrópico	210	14,7	162	29,4	170	23,3
Privado comunitário	61	4,3	13	3,2	23	3,1
Privado filantrópico e confessional	28	2	17	2,4	25	3,4
Privado filantrópico, confessional e comunitário	24	1,7	8	1,4	7	1,0
Privado filantrópico e comunitário	19	1,3	8	1,4	10	1,4
Privado confessional	13	0,9	4	0,7	5	0,7
Privado confessional e comunitário	1	0,1	0	0	0	0
SUB TOTAL Instituição privada	837	58,8%	487	88,4	657	89,8
Nada consta	0	0	0	0	1	0,1
Total	1424	100	551	100	731	100

QUADRO 3 – Natureza da instituição formadora

Fonte: site <www.educacaosuperior.inep.gov.br> Acesso em: 2006 e 2008.

Tipo de instituição formadora

Com o intuito de identificarmos o *lôcus* da formação dos cursos de Pedagogia, relacionamos as categorias natureza e tipo de instituição formadora (QUADRO 4) e constatamos que em 2006, mesmo não sendo legalmente permitido aos Institutos Superiores de Educação (ISE) oferecerem o curso de Pedagogia, foi necessário acrescentá-los visto que os dados do INEP/MEC os indicavam como *lôcus* da formação do pedagogo, além de registrar sua presença na esfera pública e privada.

	Universidade	Centro universitário	Faculdade	ISE	Total
Público	39,0% 555	0,1% 1	2,1% 30	0,1% 1	41,2% 587
Privado	22,1% 315	8,8% 126	24,8% 353	3,0% 43	58,8% 837
Total	61,1% 870	8,9% 127	26,9% 383	3,1% 44	100% 1424

QUADRO 4 – Cursos de Pedagogia, natureza e tipo de instituição formadora no Brasil em 2006
Fonte: site <www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 2006.

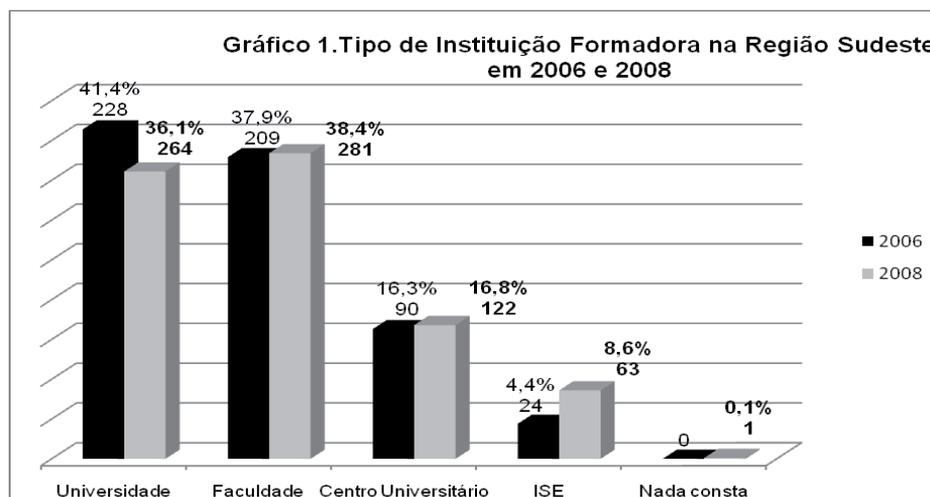
	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro Oeste	Total
Universidade	16,0% 228	9,4% 134	14,3% 204	14,7% 209	6,7% 95	61,1% 870
Centro universitário	6,3% 90	1,1% 15	0,2% 3	0,4% 5	1,0% 14	8,9% 127
Faculdade	14,7% 209	4,0% 57	3,5% 50	1,6% 23	3,1% 44	26,9% 383
ISE	1,7% 24	0,1% 2	0,4% 6	0,4% 6	0,4% 6	3,1% 44
Total	38,7% 551	14,6% 208	18,5% 263	17,1% 243	11,2% 159	100% 1424

QUADRO 5 – Cursos de Pedagogia e instituição formadora por região em 2006
Fonte: site <www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 2006.

Relacionando os dados relativos à instituição formadora e às regiões geográficas, notamos a presença dos ISE em todas as regiões brasileiras (QUADRO 5), porém com maior concentração no Sudeste.

Observamos que no ano de 2006, do total de 1424 cursos de Pedagogia, 61,1% deles eram ofertados dentro das universidades e 26,9% nas faculdades isoladas ou integradas. É importante destacar que dos cursos de Pedagogia oferecidos nas universidades 63% eram de instituições públicas e 37% de instituições particulares. Esse índice muda radicalmente quando se trata dos cursos de Pedagogia ofertados em faculdades isoladas ou integradas, onde 92% deles são oferecidos em instituições privadas e apenas 8% em públicas.

No entanto, quando analisamos a Região Sudeste, o *lôcus* da formação do pedagogo apresenta um novo cenário. Dos 551 cursos de Pedagogia oferecidos nessa região, em 2006, 41,4% concentravam-se nas universidades e 37,9% em faculdades. No ano de 2008, dos 731 cursos pesquisados, os índices apontam 38,4% em faculdades e apenas 36,1% em universidades (GRAF. 1).



Fonte: site <www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 2006 e 2008.

Notamos também a ampliação dos cursos de Pedagogia nos Institutos Superiores de Educação (ISE) na Região Sudeste, no ano de

2008, visto que em 2006 eram apenas 24 (4,4%), passando em 2008 a 63 cursos (8,6%). Supomos que isso possa ser reflexo da aprovação das recentes Diretrizes Curriculares Nacionais.

Características dos cursos de Pedagogia

Quanto às características dos cursos de Pedagogia ressaltamos na pesquisa os aspectos organizacionais e de funcionamento dos cursos, destacando tipo e número de habilitações, diploma conferido, modalidade de ensino, carga horária, regime letivo, duração do curso e turno.

Tipo de Habilitação: Para detectarmos os tipos de habilitações oferecidos nos cursos de Pedagogia registramos nominalmente todas as habilitações que surgiram durante a coleta de dados no site. Incluímos a subcategoria: “Licenciatura em Pedagogia” devido ao grande número de cursos cadastrados que traziam somente essa informação referente à habilitação oferecida, não sendo possível identificar a modalidade de formação, o que nos impediu de incluí-la nas categorias já construídas. Acrescentamos também a categoria “Outros”⁴ para habilitações distintas e com pouca incidência.

Constatamos vinte e três categorias referentes a tipos de habilitações oferecidas nos cursos de Pedagogia no ano de 2006, no Brasil, o que demonstra a grande diversidade de formação neles realizada e a ausência de uma identidade política e pedagógica para o profissional formado nesse curso.

Observamos, a partir desses dados, que as habilitações de orientação, administração, supervisão e inspeção, estabelecidas pela Resolução 2/69, ainda estão presentes nos cursos de Pedagogia cadastrados no INEP/MEC na época do desenvolvimento da pesquisa.

Com o registro de todas as habilitações que surgiram durante a coleta de dados, constatamos um grande índice de habilitações centradas na docência (cerca de 44%), com destaque para as que oferecem a formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental (21,4%), Educação Infantil (10,7%), além da docência no Ensino Médio

⁴ A categoria “Outros” inclui diversas habilitações, como “Educação e Arte na inclusão social”, “Pedagogia institucional”; “Pedagogia – ênfase em ensino religioso”, “Gestão de EAD”, “Gestão social”, entre outros.

(9,5%), Educação de Jovens e Adultos (0,7%), Educação Básica (0,6%) e Educação Especial (1,5%).

	Brasil 2006		Região Sudeste 2006		Região Sudeste 2008	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental	719	21,4	215	13,8	199	11,9
Administração e gestão escolar	662	19,7	492	31,9	414	24,8
Supervisão escolar	523	15,5	265	17,0	211	12,7
Docência na Educação Infantil	361	10,7	146	9,4	156	9,4
Docência nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio	320	9,5	172	11,0	147	8,8
Orientação educacional	285	8,5	185	11,9	155	9,3
Licenciatura em Pedagogia	225	6,7	71	4,5	31	1,9
Educação especial	52	1,5	28	1,8	21	1,2
Inspeção escolar	50	1,5	47	3,0	37	2,2
Pedagogia emergencial	38	1,1	0	0		
Pedagogia empresarial/recursos humanos	29	0,9	18	1,2	14	0,8
Educação de jovens e adultos	25	0,7	2	0,1	3	0,1
Magistério Educação Básica	19	0,6	0	0	0	0
Tecnologia educacional	17	0,5	9	0,6	3	0,1
Pedagogia escolar/extra-escolar (espaços sociais)	6	0,2	4	0,3	4	0,2
Pedagogia rural e Pedagogia da terra	3	0,08	0	0	1	0,06
Pedagogia do trabalho	2	0,05	0	0	0	0
Psicopedagogia	2	0,05	0	0	0	0
Complementação pedagógica/reingresso	0	0	0	0	4	0,2
Formação pedagógica do profissional docente	0	0	0	0	3	0,1
Gestão educacional em organizações não escolares	0	0	0	0	1	0,06
Educação profissional	0	0	0	0	1	0,06
Outros	27	0,8	3	0,2	1	0,06
Nada consta	0	0	0	0	299	17,9
Total	3.365	100	1.558	100	1.666	100

QUADRO 6 – Tipos de habilitações dos cursos de Pedagogia

Fonte: site <www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 2006 e 2008.

A habilitação que comparece com segundo maior índice percentual é “Administração e gestão escolar”, com 19,7%, seguida da “Supervisão escolar”, com 15,5%, e “Orientação educacional”, com 8,5% (QUADRO 6).

É possível constatar que o curso de Pedagogia se tornou *locus* de referência na formação de professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Infantil, nas disciplinas pedagógicas para formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão em avaliação e estabelecimentos de ensino.

Em relação à Região Sudeste, considerando os anos de 2006 e 2008, observamos semelhanças em relação aos dados analisados referentes aos cursos de Pedagogia existentes no país como um todo.

Número de habilitações – Foi registrada, na pesquisa realizada, a quantidade de habilitações que os cursos de Pedagogia oferecem. Algumas instituições formadoras apresentam apenas uma única habilitação (30,9%), enquanto outras oferecem duas habilitações (33%), três (17,4%), quatro (11,2), cinco (4,2%) e seis (1,9%), havendo até um curso que chega ao número de nove habilitações.

É necessário registrar que o alto índice (30,9%) de cursos de Pedagogia no Brasil que apresentam apenas uma habilitação pode ser justificado pelo fato de que muitos deles (225), como já citado anteriormente, foram cadastrados apenas com o nome de “Pedagogia” e, dessa forma, considerados na categoria “uma habilitação”.

Diploma conferido – Em relação a esse dado, segundo registros no INEP/MEC, constatamos que, em 2006, 92,7% dos cursos conferiam diploma de licenciatura, enquanto apenas 6% concediam o diploma de bacharelado e 1,3%, o diploma de licenciatura e bacharelado.

Esses índices revelam a confusão historicamente atribuída aos cursos de Pedagogia, em relação a sua finalidade ambígua de formar professores ou especialistas, bacharelados ou licenciados.

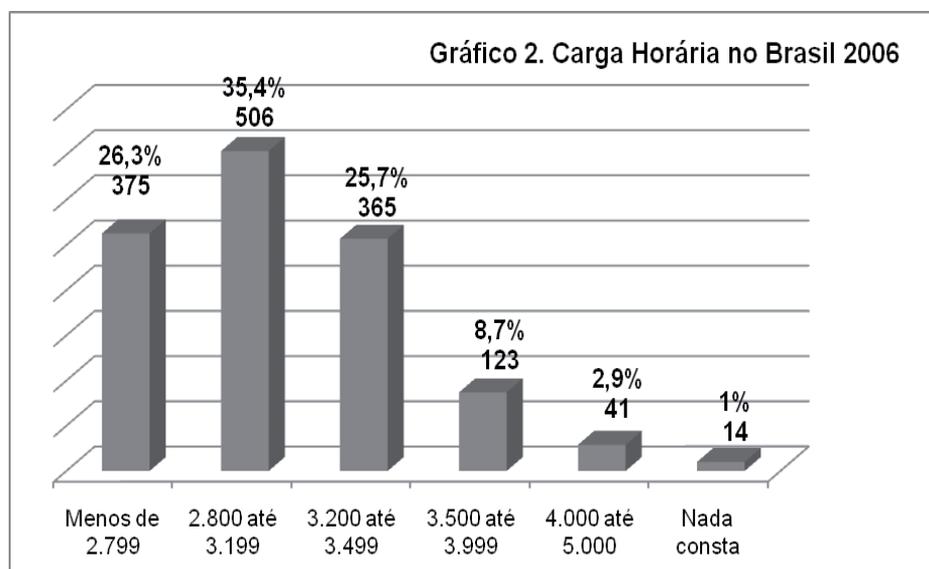
Ao analisarmos os dados da Região Sudeste, os mesmos resultados são encontrados na análise dos cursos de Pedagogia no país.

Modalidade de ensino – De acordo com a pesquisa empírica, constatamos que 97,5% dos cursos de Pedagogia no Brasil, em 2006, foram realizados na modalidade de ensino presencial e apenas 2,5%, na modalidade de ensino a distância.

Na Região Sudeste havia, em 2006, 97,2% dos cursos de Peda-

gogia com a modalidade de ensino presencial e, em 2008, esse índice passou para 96%. Quanto à modalidade de ensino a distância, em 2006, eram 2,8% dos cursos e, em 2008, 4%, notando-se assim um pequeno aumento das instituições que utilizam esse modelo.

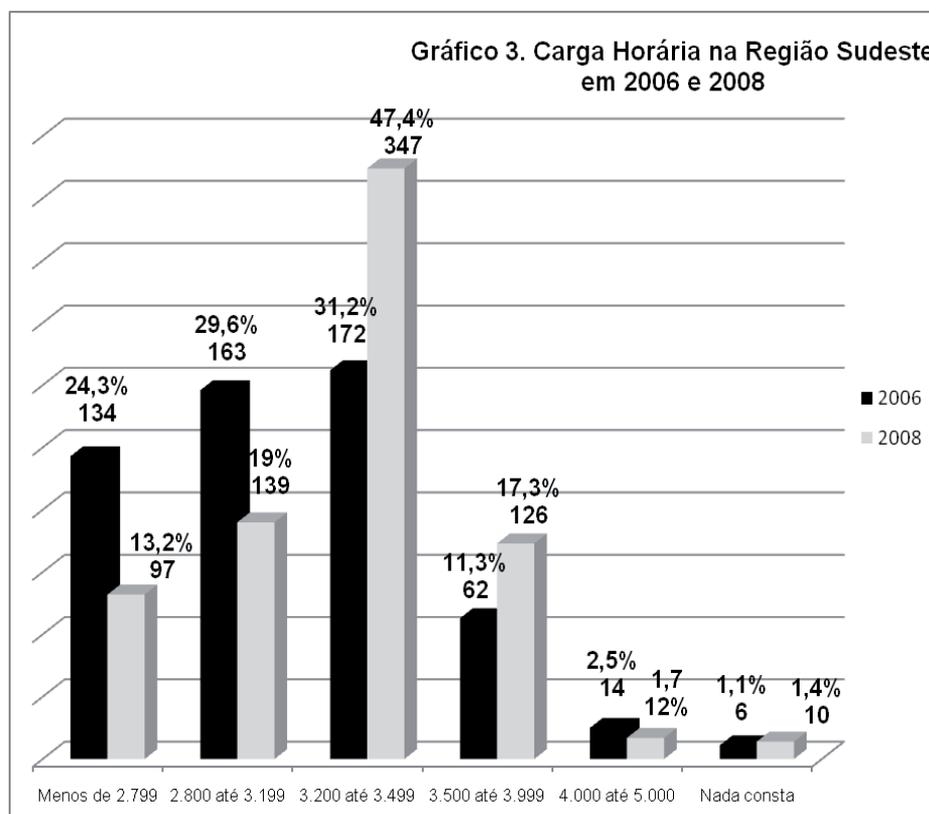
Carga horária – Este dado foi sintetizado a partir da carga horária presente nos projetos de cursos cadastrados no site do INEP/MEC e apresentados no gráfico a seguir:



Fonte: site <www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 2006.

Verificamos que o maior índice (35,4%) presente no GRAF. 6 indica que os cursos de Pedagogia existentes em 2006 apresentavam uma carga horária de 2.800 até 3.199 horas, atendendo dessa forma aos preceitos legais instituídos pela Resolução CNE/CP n. 2/2002 e a Resolução CNE/CP n. 1/2006.

O que surpreende nesse gráfico é a presença de 26,3% dos cursos de Pedagogia com carga horária inferior a 2.799 horas. Cabe indagar como é possível o funcionamento de um curso que não cumpre o mínimo da carga horária estabelecida pela legislação educacional brasileira seja autorizado.



Fonte: site <www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em 2006 e 2008.

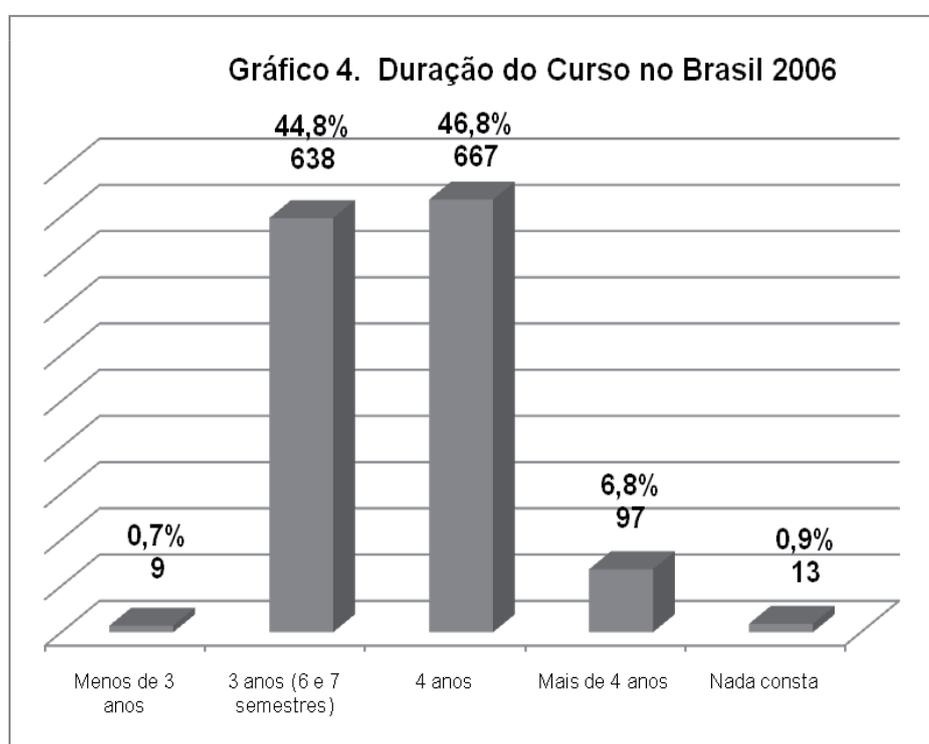
Em relação à carga horária dos cursos de Pedagogia, verificamos que na Região Sudeste houve mudanças nos índices entre 2006 e 2008. Percebemos que o aumento considerável de cursos com carga horária entre 3.200 até 3.499 horas no ano de 2008 poderia se justificar pelo cumprimento da Resolução CNE/CP 1/2006, que apresenta como exigência a carga horária mínima de 3.200 horas para os cursos de Pedagogia no Brasil.

Regime letivo – Dos 1.424 cursos de Pedagogia cadastrados no Brasil em 2006, 75,8% — 1.080 cursos — possuem regime semestral, 16,2% — 230 cursos — regime anual, e os demais outros tipos de organização de regime letivo.

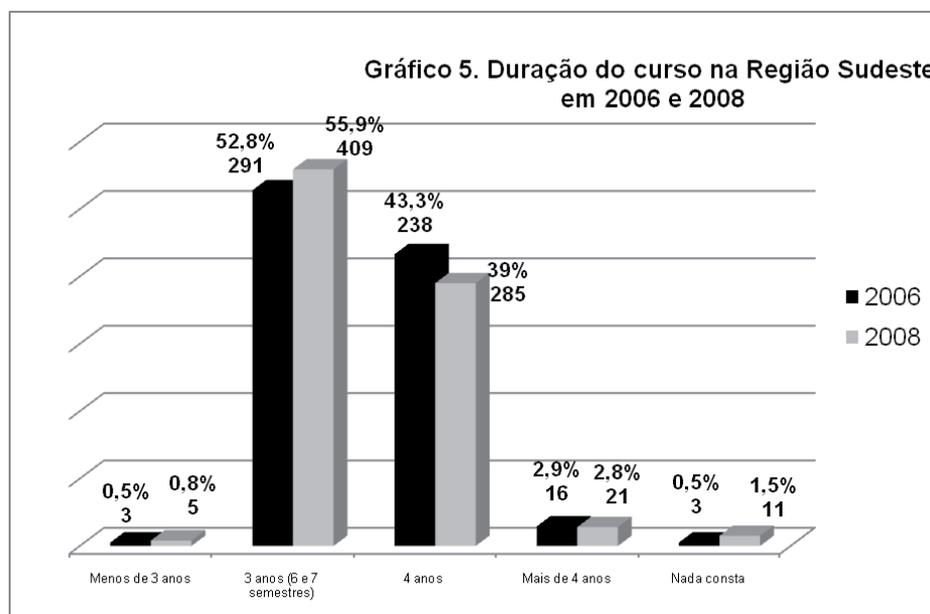
Essa característica de organização curricular se repete nos dados

coletados junto aos cursos de Pedagogia da Região Sudeste, acentuando muito mais a presença de cursos semestrais – 81,5% em 2006 e 85,8% em 2008 — em relação aos cursos anuais — 14,5% em 2006 e 10,6% em 2008.

Duração do curso – Dos 1.424 cursos pesquisados no Brasil, em 2006, verificamos que 91,6% deles têm duração entre 3 e 4 anos, conforme o GRAF. 8, atendendo, portanto, as determinações vigentes na política atual.



Fonte: site <www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 2006.



Fonte: site <www.educacaosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 2008.

Em relação à Região Sudeste, houve um aumento de cursos de duração de 3 anos em 2008 comparativamente a 2006, visto que antes eram 52,8% passando, então, para 55,9%, o que reflete o atendimento as determinações da Resolução CNE/CP1/2006.

Período de oferecimento – turno – Conforme os dados coletados no site, os cursos de Pedagogia no Brasil são oferecidos com predominância no período noturno (42,3%), enquanto 13,2% funcionam no período diurno. Verificaram-se também os índices de 27,8% de cursos oferecidos no período diurno/noturno e 14% em turno integral.

Algumas considerações

A pesquisa empírica constatou que o Sudeste, dentre as regiões brasileiras, é a região que oferece o maior número de cursos de Pedagogia e que a oferta dessa formação está concentrada no estado de São Paulo.

É importante destacar que a maioria dos cursos não é oferecida “em universidades onde se gestam alternativas interessantes para a formação docente”, mas em instituições isoladas de Ensino Superior (GATTI, 2000, p. 87).

As instituições privadas, em 2006, eram responsáveis por 58,8% dos cursos de Pedagogia no Brasil. Em 2008, na Região Sudeste, esse dado é ainda mais relevante: cerca de 90% dos cursos são oferecidos em escolas privadas e apenas 10% em instituições públicas. Essa realidade torna-se preocupante considerando a importância do processo formativo dos professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental e para a Educação Infantil, uma vez que, nessa região do país, os cursos de Pedagogia estão sendo oferecidos em faculdades isoladas e integradas, da iniciativa privada, que não apresentam preocupação com a qualidade da articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

Verificamos uma diversidade de habilitações oferecidas nos cursos de Pedagogia, que chegam ao número de vinte e três, demonstrando a dificuldade em definir a identidade do curso.

Constatamos um grande índice de habilitações centradas na docência (cerca de 44%), com destaque para as que oferecem a formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental (21,4%), Educação Infantil (10,7%), além da docência no Ensino Médio (9,5%), Educação de jovens e adultos (0,7%), Educação Básica (0,6%) e Educação especial (1,5%).

A habilitação que comparece com segundo maior índice percentual é “Administração e gestão escolar” com 19,7%, seguida por “Supervisão escolar”, com 15,5%, e “Orientação educacional” com 8,5%.

Concluimos que o curso de Pedagogia se tornou, ao longo do processo histórico, *locus* de referência na formação de professores para atuarem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Infantil, nas disciplinas pedagógicas para formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão em avaliação e estabelecimentos de ensino, mesmo antes da aprovação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a área. Nesse sentido, as recentes normatizações não alteraram substancialmente a realidade existente.

O curso de Pedagogia no Brasil se caracteriza com a modalidade de ensino presencial, com duração entre 3 e 4 anos e com regime letivo semestral. A oferta da maioria dos cursos ocorre no período noturno. É

possível ainda afirmar que a maioria dos cursos de Pedagogia analisados atende às normatizações legais referentes à carga horária mínima e à sua duração em anos.

Todavia, verificamos que alguns cursos apontam incoerência em relação à legislação educacional e mesmo assim foram autorizados pelo MEC, em alguns casos, reconhecidos e cadastrados no site do INEP/MEC.

A Resolução CNE/CP n. 1/2006 possibilita que o curso de Pedagogia ofereça uma diversidade de formação profissional, abrangendo cinco modalidades. Esse é um fato preocupante, visto que muitas instituições sem o compromisso com a qualidade na formação dos professores podem proporcionar todas as cinco modalidades de formação em um curso de licenciatura de apenas 3.200 horas.

Finalizamos o artigo reiterando nossa preocupação quanto à qualidade dos cursos de Pedagogia no Brasil. Os dados que apresentamos tinham como objetivo apontar características da realidade desses cursos no país, com a perspectiva de refletir sobre aspectos do processo formativo de professores neles desenvolvido.

Uma boa e verdadeira instituição de Ensino Superior, preocupada em formar docentes para atuarem nos primeiros anos de escolaridade deve, além de oferecer uma formação de professores com identidade própria, num curso que usufrua de projeto pedagógico específico, buscar condições para repensar e ressignificar o papel das disciplinas e do estágio a favor da formação profissional mais consistente do professor, de modo a melhor atender as demandas a ele impostas nos dias atuais.

Portanto, a formação de docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental deve se constituir em projetos emancipatórios e compromissados com a responsabilidade de tornar a escola parceira na democratização social, econômica e cultural, podendo, dessa forma, cumprir o papel significativo na busca e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

BRASIL. *Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 1*. 15 mai. 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

BRASIL. *Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 002*. 19 fev. 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior

_____. *Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 001*. 18 fev. 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. *Parecer do Conselho Nacional de Educação n. 27*. 02 out. 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. *Parecer do Conselho Nacional de Educação n. 28*. 02 out. 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. *Parecer do Conselho Nacional de Educação n. 21*. 06 ago. 2001. Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. *Parecer do Conselho Nacional de Educação n. 09*. 08 mai. 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. *Lei n. 9.394*. 20 dez. 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. *Lei n. 5.692*. 11 ago. 1971. Dispõe sobre o Ensino de 1º e 2º graus.

BRASIL. *Parecer do Conselho Nacional de Educação n. 252/69*. Estabelece a Estrutura do Curso de Pedagogia que vigorou até a promulgação da LDB n. 9394/96.

_____. *Lei n. 4.024*. 20 dez. 1961. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. *Decreto-Lei n. 1.190*. 4 abr. 1939. Dispõe sobre a criação do curso de Pedagogia no Brasil.

BRZEZINSKI, Iria. *A formação do professor para o início da escolarização*. Goiânia: Ed. Universidade Católica de Goiás /SE, 1987. Dissertação de Mestrado em Educação – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Goiânia, 1987.

GATTI, Bernardete. Angelina. *Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação*. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. p. 119 (Coleção Formação de Professores).

KUENZER, Acácia Zeneida; RODRIGUES, Marli de Fátima. *As diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia: uma expressão da epistemologia da prática*. 2006. Mimeo.

LIBÂNEO, José Carlos. Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 96, v. 27, out. 2006.

SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. p. 253.

_____. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. p. 238.

SILVA, Carmem. S.B. *Curso de Pedagogia no Brasil – história e identidade*. São Paulo: Autores Associados, 1999 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

